



Ofício nº 05/2021/SOMOS

Palmas, 14 de junho de 2021.

Aos

Vereadores e Vereadoras

Câmara Municipal de Araguaína
Rua das Mangueiras, nº 10 – Centro
CEP 77804-110, Araguaína/TO

Assunto: Sugestões para o enfrentamento da COVID-19 pelo Legislativo

Ao passo em que cumprimentamos Vossas Excelências, apresentamos a seguir sugestões para otimizar ações do Legislativo, como forma de contribuir com o enfrentamento da COVID-19. Sabemos que a principal função da Câmara Municipal é legislar, isto é, fazer as leis do município, e fiscalizar as ações do Executivo. No entanto, como temos acompanhado pelas redes sociais, suas atribuições não se limitam às sessões da Câmara, mas também junto à comunidade, ouvindo permanentemente as demandas da população.

Neste sentido, após realizarmos em conjunto pesquisas sobre ações realizadas em diversas Câmaras Municipais pelo País, observamos que muitas instituíram no âmbito dos trabalhos legislativos “Comissões Temporárias para debater o enfrentamento à COVID-19”. Podemos citar os legislativos de Ibatiba (Espírito Santo); Ibiporã (Paraná); Cuiabá (Mato Grosso); Nova Serrana (Minas Gerais), entre outros.

Além disso, também pesquisamos propostas que podem ser utilizadas por esta Egrégia Casa de Leis, no enfrentamento à COVID-19. As sugestões são as seguintes:

1. Criação de uma **“Comissão Temporária para o enfrentamento da COVID-19”**, composta pelas(os) parlamentares e auxiliada por um corpo técnico/científico e por representantes da sociedade civil. O objetivo é o de auxiliar todas as vereadoras e todos os vereadores nas ações legislativas de combate à doença. É importante ressaltar que, quando falamos de saúde dentro de um contexto epidemiológico, não é somente a área da medicina que pode auxiliar no enfrentamento. Se faz necessária a presença de médicos, biólogos, assistentes sociais, cientistas de dados, ou seja, uma equipe multidisciplinar, para criar modelos epidemiológicos que consigam mapear a situação da doença e do espalhamento dela pela cidade, assim como suas respectivas consequências econômicas e sociais. Acreditamos que o momento é o de fortalecer as parcerias com os órgãos públicos de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal do Tocantins (UTF) e o Instituto Técnico Federal do Tocantins (IFTO), e iniciativas como a do Observatório Covid-19 (LABCIDADES/NEUCIDADES, LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO/NEMAD E LEGEO/NEAB) - da UFT.

2. Apresentação de Projetos e/ou Requerimentos que venham a garantir a **“Distribuição de máscara PFF2 para a população em situação de vulnerabilidade”**. Como já está bem descrito em diversos artigos científicos, o Sars-Cov-2 se espalha pelo ar. Desta forma, é necessário também o incentivo ao uso de boas máscaras, assim como a distribuição gratuita à população vulnerável de máscaras PFF2 (peça facial filtrante, que é um respirador padronizado, testado e certificado, com capacidade de filtrar até 95% das gotículas e aerossóis). Também pode ser colocada como sugestão, a apresentação de matérias que venham a promover **“Campanha para o uso correto máscaras e o reaproveitamento deste equipamento de proteção”**. Outra sugestão para fomentar essa distribuição é a apresentação de um **“Anteprojeto de Lei que venha a dar incentivos fiscais para empresas do município, que fizerem doações (em grande escala) de máscaras PFF2 durante o período de calamidade pública”**, para serem distribuídas à população em situação de vulnerabilidade.

Antes de apresentarmos os tópicos seguintes destacamos que, conforme estudos realizados pelo Observatório COVID BR, não é recomendável que escolas abram nesta fase aguda da pandemia. Ainda assim, essas unidades precisam ter planejamento e infraestrutura necessários para cumprir os protocolos de segurança para quando houver janela para o ensino presencial. Se adiantar nesse processo é essencial. Portanto, como sugestão de planejamento, apresentamos as seguintes propostas:

3. **Projeto e/ou Requerimento que preveja, como forma de planejamento para o retorno das aulas, vistorias nas estruturas de Unidades Escolares e Órgãos Públicos, para que possam ser realizadas adequações físicas de ventilação de forma antecipada, para quando for necessária a reabertura dessas unidades.** Há como calcular o nível de CO² (dióxido de carbono) concentrado nas salas. Um medidor, por exemplo, pode custar R\$ 150,00. Também existem técnicas de ventilação que fazem com que o ar circule. Isso é importante para que se reduza a concentração de gotículas do vírus suspensas no ar, além de ser necessário recomendar atividades ao ar livre nas unidades escolares.
4. **Projeto e/ou Requerimento para que sejam divulgados os dados específicos sobre a transmissão da COVID-19 nas unidades escolares.** Dados públicos devem permitir à sociedade acompanhar o número de casos entre alunos, professores e funcionários por data de sintomas, realização de testes e de notificação e os esforços para isolar os casos. Também é importante que alunos, professores e funcionários que forem expostos à pessoas positivadas com o vírus, tenham seus contatos rastreados para evitar que surtos não se espalhem pela comunidade em que estão inseridas as respectivas unidades.
5. **Economia: Cobrar ações via Prefeitura, com financiamentos facilitados a juros baixos a micro e pequenas empresas, parcerias com Sebrae para aconselhamento sobre as melhores práticas para protegerem seus negócios e preservarem empregos.**

Certos e Certas de que contaremos com a Vossa avaliação sobre as sugestões propostas acima, agradecemos.

Respeitosamente,

Coletivo SOMOS